



**Povoar e enquadrar.
Um percurso pela geografia das formas de vida religiosa
da Lisboa medieval (séculos XII-XIV)**

**Populating and framing.
A journey through the geography of the forms of religious life in
medieval Lisbon (12th-14th century)**

(a) *Maria Filomena Andrade*, (b) *João Luís Fontes*

(a) Universidade Aberta
1250-100 Lisboa, Portugal

Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa
1649-023 Lisboa, Portugal

fandrade@uab.pt
<http://orcid.org/0000-0002-9430-4640>

(b) Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

joaofontes@fcs.unl.pt
<http://orcid.org/0000-0002-7122-4357>

Data recepção do artigo / Received for publication: 16 de Maio de 2022

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 7 de Junho de 2022

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5755>

RESUMO

A conquista cristã de Lisboa, em 1147, inaugura um tempo novo na cidade, que vê de imediato restaurada a vida diocesana e rapidamente ativada a vida paroquial. O esforço de assegurar o povoamento e enquadrar eclesiasticamente a população urbana segue a par com a paulatina implantação na urbe de diversas ordens religiosas, umas integrando anteriores experiências eremíticas, outras com um vincado pendor pastoral, aliando liturgia, pregação e caridade.

O contexto muito peculiar da cidade, com uma intensa vida económica, uma população em crescimento, uma corte régia que nela estancia com crescente regularidade e demora, atraindo cada vez mais gentes de desvairadas partes e a cobiça de nobres ou ricos mercadores, que contribuem para a sua ascensão como cidade cabeça do Reino, tornam-na também particularmente apetecível para as ordens religiosas que entre si disputam o espaço urbano, as suas populações e os seus recursos.

É este percurso de implantação e articulação dos conventos e mosteiros, desde a conquista cristã até ao século XIV, que pretendemos explicar e enquadrar na intensa vida da urbe lisboeta.

Palavras-chave: Ordens religiosas; Lisboa; elites; realeza.

ABSTRACT

The Christian conquest of Lisbon, in 1147, initiated a new era in the city which immediately saw diocesan life restored and parish life quickly revived. Efforts to secure the settlement and ecclesiastical accommodation of the urban population went hand-in-hand with the gradual establishment in the city of various religious orders, some drawing upon previous eremitic experiences, others with a marked pastoral bias combining liturgy, preaching, and charitable acts.

The very peculiar qualities of the city, possessed of an intense economic life, a growing population, a royal court that sojourned there with increasing regularity and for increasingly prolonged periods, attracted more and more people from diverse regions and stimulated the rapacity of noblemen and rich merchants who contributed to its rise as the capital city of the Kingdom. It also made Lisbon particularly attractive to the religious orders who, between them, contested the urban space, its populations, and its resources.

This article seeks to explain this process of establishment and articulation of convents and monasteries from the time of the Christian conquest to the fourteenth century, and to contextualise it within the intense urban life of the city of Lisbon.

Keywords: Religious Orders; Lisbon; elites; royalty.



1. Conquistada Lisboa por D. Afonso Henriques com a ajuda dos cruzados, em 1147¹, a cidade muçulmana torna-se cristã e implanta-se no seu tecido uma rede paroquial já consolidada no início do século XIII e que resiste quase sem alterações durante todo o período medieval até ao século XVI². É evidente que nesta rede muito havia a fazer e a desenhar, em especial no que toca aos seus limites territoriais e às fronteiras entre uma e outra paróquia, o que levou a vários conflitos e intervenções do poder episcopal para resolver questões em torno de dízimos e de direitos relativos aos enterramentos, como a quarta funerária, que envolviam os fregueses de diversas paróquias e ligados aos mosteiros que paulatinamente se instalam na cidade³.

Os vestígios arqueológicos têm sido interpretados como suportando a hipótese de uma tradição de vida monástica associada a Chelas, que as crónicas monásticas ligam ao culto do mártir São Félix, cujas relíquias remontariam aos tempos do rei Recesvindo, e dos santos Adrião e Natália, aí cultuados desde o século VII⁴. Diversos autores lêem tais tradições e a permanência destes cultos antigos, aliados aos vestígios arqueológicos encontrados, como prova de uma sobrevivência da vida religiosa em Chelas durante a ocupação muçulmana, possivelmente restaurada por Afonso Henriques em 1154. De seguro, resta a doação a Chelas feita por Sancho I, em Agosto de 1192, a uma comunidade masculina, cuja observância se não refere (e

¹ Sobre a conquista cristã da cidade e o seu contexto cf. BRANCO, Maria João – “I. Introdução. A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida”. In *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*. Ed. Aires A. Nascimento. Lisboa: Vega, 2001, pp. 9-51.

² FARELO, Mário – “O direito de padroado na Lisboa medieval”. *Promontoria* 4 (2006), pp. 267-289; SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval. Das taifas a D. Dinis*. Lisboa: tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 2016.

³ BRANCO, Maria João – “Reis, Bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração”. *Lusitana Sacra*, 2^a série, 10 (1988), pp. 55-94.

⁴ Sobre esta fase do mosteiro, anterior ao período da conquista de Lisboa por Afonso Henriques, veja-se a síntese (mais atualizada) de FERNANDES, Paulo Almeida – “O Mosteiro Baixo-Medieval de Chelas. Interrogações a respeito de uma observância mendicante”. In GOMES, Ana Cristina da Costa; MOURÃO, José Augusto; FRANCO, José Eduardo; SERRÃO, Vítor (coord.) – *Monjas Dominicanas. Presença, Arte e Património em Lisboa*. Lisboa: Aleteia, 2008, pp. 19-22.

que Frei Luís de Sousa diz serem cavaleiros do Hospital, sem o justificar, talvez confundindo-se com a casa que, por essa data, a Ordem tem em Lisboa)⁵.

À Ordem de Santiago o mesmo monarca doa, dois anos depois, uma casa e herdade em Santos, em memória dos mártires de Lisboa, Veríssimo, Máxima e Júlia, para que aí se edificasse um mosteiro de freires clérigos e se ordenasse um cemitério⁶. A Ordem tardou a cumprir o propósito do monarca e apenas nela instalou alguns professos, talvez responsáveis pela organização do culto divino (1207) e pela identificação de Santos como um mosteiro (1220), onde Afonso II viria a estabelecer um aniversário por sua alma (1221). Em inícios dos anos trinta, com a organização da comenda de Santos, as freiras da Ordem abandonaram as instalações da Arruda e recolheram-se no mosteiro (1233), junto dos freires, dando origem a uma comunidade dúplice⁷.

Mas, a par desta situação, no exterior da urbe muralhada, no seu arrabalde oriental, e logo após a conquista cristã de Lisboa, D. Afonso Henriques funda, no cumprimento de um voto, uma ermida dedicada à Virgem e ao mártir São Vicente, no cemitério dos cavaleiros alemães, junto a uma das principais vias de saída da cidade. Aí se edificou um mosteiro de cónegos regrantes, que Afonso Henriques associa à reforma de Santa Cruz de Coimbra, após uma fase inicial, que apenas os cronistas modernos

⁵ *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Vol. I. Ed. Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, doc. 60, p. 94; CÁCEGAS, Frei Luís de; SOUSA, Frei Luís de – *História de S. Domingos particular do reino e conquistas de Portugal*, parte I. Porto: Lello & Irmão Editores, 1977, cap XXIII, p. 117. No entanto, o único documento do cartório conventual que refere a Ordem do Hospital diz respeito a uma doação de 1224 (ANTT – *Mosteiro de Santa Maria de Chelas*, maço 11, doc. 218). Sobre os bens detidos pelos Hospitalários em Lisboa, cf. VARGAS, José Manuel – “O património das Ordens Militares em Lisboa, Sintra e Torres Vedras, segundo uma inquirição do reinado de D. Afonso II”. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura – Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*, vol II. Lisboa: Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 1999, pp. 107-109.

⁶ *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Vol. I, doc. 71, pp. 109-110 (1194.02.01, Lisboa).

⁷ Cf. OLIVEIRA, Luís Filipe – “Ordens Militares”. In SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento- Guia Histórico*. 3^a edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2016, p. 484; OLIVEIRA, Luís Filipe – “O mosteiro de Santos, as freiras de Santiago e o culto dos Mártires”. In BARATA, Maria do Rosário Themudo; KRUS, Luís (dir.) – *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, pp. 429-436. Sobre as comendadeiras de Santos, veja-se ainda MATA, Joel Silva Ferreira – *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: a comenda de Santos na Idade Média*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2016.

referem, de uma tentativa de ligação da canónica lisboeta à Ordem de Prémontré⁸. A documentação atesta a presença de um prior, D. Godinho, desde 1162, ligado anteriormente à reforma da canónica do Salvador do Banho, não sendo de excluir a hipótese da existência de um seu antecessor, Mendo, referido no obituário do mosteiro e no prólogo do seu mais antigo cartulário como seu primeiro prior⁹.

D. Paio Gonçalves, prior entre 1172 e 1208, desenvolverá uma intensa política de consolidação patrimonial do cenóbio, de reforço dos seus privilégios e isenções e da sua capacidade de afirmação e intervenção pastoral, dentro e fora da cidade¹⁰. Com efeito, é em 1184 que Lúcio III confirma os privilégios da canónica, incluindo a sua isenção da jurisdição episcopal, ratificada em 1190. Do mesmo priorado datam os conflitos com a Sé em torno da posse das relíquias de S. Vicente, chegadas à cidade em 1173, das quais o cenóbio conservará uma parte ínfima, em favor da catedral da cidade, mas às quais juntava outras, mais antigas, incluindo as dos próprios cruzados falecidos em combate, capazes, no seu conjunto, de o manter como importante centro de devoção e de peregrinação¹¹. É também deste período a fundação de um hospital junto da canónica e os primeiros indícios documentais,

⁸ Sobre esta Ordem em Portugal: BACKMUND, Norbert – “Les origines de l’ Ordre de Prémontré au Portugal”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto* 22 (1959), pp. 416-441; FONTES, João Luís Inglês – “Ordem dos Cónegos Regulares Premonstratenses”. In SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento- Guia Histórico*, pp. 225-231.

⁹ Cf. *Inventário de Compras do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora (Cartulário do século XIII)*. Ed. Maria Teresa Barbosa Acabado. Coimbra: s.n., 1969, p. 42, n.º 1; *Um obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora: a comemoração dos que passaram deste mundo*. Ed. Maria José Azevedo Santos. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2008, p. 158. À falta de outros elementos, a historiografia tem mantido a hipótese da ligação inicial aos premonstratenses, persistindo ainda algumas dúvidas sobre a lista dos respectivos priores. Cf. SILVA, Carlos Guardado da – *O mosteiro de S. Vicente de Fora. A comunidade regante e o património rural (séculos XII-XIII)*. Lisboa: Colibri, 2002, pp. 47-48, 61-69; MARTINS, Armando Alberto – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 874-877; GOMES, Saul António – “A chancelaria do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa nos séculos XII e XIII: subsídios para o seu estudo». In *Symmvs Philologvs necnon verbovm imperator. Colectânea de estudos em homenagem ao Académico de Mérito Professor Dr. José Pedro Machado no sue 90.º aniversário*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2004, p. 170; BRANQUINHO, Isabel – “Estratégias de composição do património do Mosteiro de S. Vicente de Fora. Priorado de D. Paio Gonçalves (1172-1205)”. In *A Nova Lisboa Medieval – Actas do I Encontro*. Lisboa: Edições Colibri, 2005, p. 75, nota 1.

¹⁰ BRANQUINHO, Isabel – “Estratégias de composição do património do Mosteiro de S. Vicente de Fora”, pp. 75-88.

¹¹ Sobre esta devoção veja-se o *Indiculum Foundationis Monasterii Beati Vicentii Vlisbone*, traduzido e editado por NASCIMENTO, Aires Augusto; BRANCO, Maria João – *A conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um cruzado*, pp. 177-201; e os estudos de NASCIMENTO, Aires Augusto; GOMES, Saúl António – *S. Vicente de Lisboa e seus milagres medievais*. Lisboa: Edições Didaskalia, 1988; PEREIRA, Armando de Sousa – “Guerra e santidade: o cavaleiro-mártir Henrique de Bona e a conquista cristã de Lisboa”. In *A Nova Lisboa Medieval – Actas do I Encontro*, pp. 51-73.

recenseáveis desde 1204, que atestam a sua capacidade de atração sobre um público leigo, sobretudo feminino, que, tal como em outras canónicas do reino, se constitui como comunidade de sorores, governada por uma priora, na dependência do prior de S. Vicente, posteriormente referidas como de São Miguel das Donas. Vivendo junto à canónica, em comunidade a maioria e outras em casa particulares, constituem o centro de uma vida “no feminino” que concita para as duas comunidades, masculina e feminina, um apreciável conjunto de bens, estabelecendo uma rede cada vez mais significativa de relações com a sociedade envolvente¹².

No século XIII, a cidade que se consolida como cabeça do reino e simultaneamente vê crescer a sua atividade económica e o dinamismo das suas gentes é procurada pelos movimentos mendicantes que se afirmam em todo o Ocidente europeu. Assim, em 1217, é fundado em Lisboa o convento de São Francisco, em 1218, o dos Trinitários e em 1241, o dos Dominicanos, todos no arrabalde ocidental da cidade, os dois primeiros nos limites da Pedreira, espaço periurbano pouco urbanizado até aos finais do século XII e que sofre, no reinado de D. Dinis, profundas alterações, devido à intervenção urbanizadora do rei. A última destas instituições instala-se no vale da Baixa, que confina com a Pedreira.

O ano da instalação dos Menores na cidade coincide com um acontecimento relevante para a consolidação da cidade de Lisboa no ainda jovem reino português: a conquista definitiva de Alcácer do Sal¹³. Com a tomada do bastião muçulmano que dominava a foz do Sado, Lisboa pôde finalmente ter a estabilidade necessária para se desenvolver urbanisticamente em todas as direcções. O arrabalde ocidental será exactamente o local da cidade em que a dinâmica de expansão urbana e consolidação das actividades comerciais e marítimas mais se irá sentir, durante toda a Idade

¹² A respeito destas mulheres: BRANQUINHO, Maria Isabel – “As Sorores de São Vicente de Fora: uma primeira abordagem”. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 239-258; FONTES, João Luís Inglês – “Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média”. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*, pp. 259-277; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento*, pp. 212-213.

¹³ Cf. PEREIRA, Maria Teresa Lopes - *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2000. Sobre a importância deste acontecimento no contexto do reinado de Afonso II, cf. VILAR, Hermínia Vasconcelos – *D. Afonso II. Um rei sem tempo*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, pp. 125-149.

Média, atraindo assim pessoas de todo o reino em seu redor. De facto, os franciscanos tiveram a possibilidade de escolher o melhor local possível para instalar o seu convento, pois quando chegaram à cidade da foz do Tejo, em 1217, a única casa religiosa que existia na cidade era a canónica de S. Vicente de Fora, a qual ocupava uma posição muito semelhante àquela que os franciscanos iriam ocupar, mas no arrabalde oriental da cidade. Para os franciscanos, a sua localização permitia, em simultâneo, o necessário afastamento da cidade e a proximidade que exigia o seu múnus de pregação e de caridade junto dos mais pobres¹⁴.

Remodelado a partir de 1244, com o patrocínio de D. Urraca, mulher de D. Sancho II, o convento sofreu assim a sua primeira ampliação, dado que a igreja primitiva se mostrou logo demasiado pequena para as necessidades dos fiéis. Em 1245, já estava principiada a nova igreja, para cuja construção o Papa Inocêncio IV contribuiu, concedendo quarenta dias de indulgências a quem nela colaborasse. A construção do convento atraiu muitos artífices, e novos moradores vieram assim trabalhar nas hortas e quintas dos frades. A área conventual, incluindo o edifício, igreja e cerca do convento (terras que lhes pertenciam), era de tal ordem que o povo lhe chamava «a Cidade de São Francisco»

No século XIV, viu-se integrado no perímetro urbano, após a construção da «Muralha Fernandina», que tinha o seu limite na actual Rua do Alecrim – passando as gentes da cidade a estarem defendidas por uma longa muralha que resistiu durante vários meses ao cerco castelhano durante a crise de 1383-1385.

Ainda no contexto da conquista de Alcácer em 1217, e para comemorar e agradecer tal vitória, é fundado em 1218, um convento e hospital de Trinitários, no alto de

¹⁴ Sobre o convento de São Francisco de Lisboa, ver ESPERANÇA Frei Manuel da – *História Seráfica, dos Frades Menores na Província de Portugal*, parte I, liv.2. Lisboa: Oficina Craesbeeckiana, 1666, pp. 686-689; CALADO, Margarida – *O Convento de S. Francisco da Cidade*. Coleção Biblioteca d'Artes. Lisboa: Faculdade de Belas Artes – Universidade de Lisboa, 2000; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento*, p. 276; SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval. Das Taifas a D. Dinis*, pp. 391-398; LAMELAS, Isidro – “Os Franciscanos em Lisboa”. In CUNHA, João Alves da (coord.) – *O Seminário da Luz: os 50 anos da sua Igreja*. Lisboa: Editorial franciscana, 2018, pp. 24-27. Para o seu enquadramento, cf. MATTOSO, José – “O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas”. In *Obras Completas*. Vol. 8. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, pp. 243-254.

Santa Catarina, junto a uma ermida e sob os auspícios do monarca Afonso II, que lhes terá dado o referido templo do seu padroado, como recompensa pela sua colaboração na conquista de Alcácer¹⁵. O local escolhido situava-se junto de uma das principais vias de acesso à urbe, um pouco a norte do espaço onde os franciscanos se tinham implantado no ano anterior¹⁶.

Estando de início em instalações precárias e com pouca propriedade, no final do século XIII, segundo a tradição, entre 1289 e 1325, o convento e a igreja da Trindade foram objecto de um particular interesse e investimento, por parte da Rainha Isabel, mulher de D. Dinis, sob a supervisão de Frei Estêvão Soeiro ou de Santarém, confessor da Rainha e frade trinitário. No entanto, as obras de construção da igreja e do convento só terminariam em 1325, e a delimitação da sua cerca conventual deve ser da mesma altura. Está por fazer a história deste convento, tanto na sua capacidade de atrair doações de particulares, empenhados em apoiar a redenção dos cativos, como na conflitualidade que vários indícios mostram como efectiva, na relação com as outras casas mendicantes e com os proprietários das casas e terrenos que com ela confinavam.

O outro convento que se instala, na primeira metade do século XIII, como já referido, é o de São Domingos, fundado na década de quarenta deste século por Sancho II ou por Afonso III. O primeiro documento que o refere é a licença dada pelo Deão e Cabido de Lisboa para que os religiosos da Ordem dos Pregadores pudessem edificar um convento num arrabalde da cidade de Lisboa (campo da Corredoura), na freguesia de Santa Justa, datado de 20 de outubro de 1241¹⁷. O local onde os frades se implantaram era uma zona onde a propriedade régia tinha um peso muito significativo, e que foi sendo privatizada através de doações, entre as quais se destacam as realizadas pelo bolonhês. Este teve as suas obras concluídas em 1259. Em 1271, por testamento de D. Afonso III, foi dotado de numerosas terras, a Norte,

¹⁵ Sobre esta Ordem, veja-se a síntese elaborada em: SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento*, pp. 437-447.

¹⁶ SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval*, pp. 398-402.

¹⁷ LOURINHO, Manuel H. – “História da Igreja e Convento de S. Domingos de Lisboa”. *Olisipo* 37-38 / 137-138 (1974-1975), pp. 48-59; SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – “Os primórdios da presença dominicana em Portugal. 1220-1418”. In GOUVEIA, António Camões; NUNES, José; FONTES, Paulo F. de Oliveira – *Os Dominicanos em Portugal (1216-2016)*. Lisboa: UCP-CEHR, 2018, p. 20 (e a bibliografia aí citada); SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval*, pp. 402-405.

a Nascente e a Sul. A parte Sul, conhecida por “Horta dos Frades” ou “Horta de S. Domingos”, espaço irrigado pertencente ao convento, por negociações encetadas, antes de 1492, entre D. João II e o Prior de São Domingos, passou a património régio, para construção do Hospital Real de Todos os Santos¹⁸. Nesta região existia ainda um reguengo, contíguo aos terrenos de S. Domingos, que se estendia desde Valverde até à Corredoura e desde aí até perto do Poço do Borratém.

Erguido, pois, numa área rodeada de excelentes terras de cultivo, a igreja e o convento foram vítimas de constantes e catastróficas cheias, tais como as de 4 de janeiro de 1343 e de 24 de outubro de 1384, devidas às águas que corriam das encostas a norte e nascente, bem como as que provinham de um braço do Tejo, atingindo o convento e a própria igreja. A igreja de São Domingos foi construída junto à ermida de Nossa Senhora da Escada, ou Nossa Senhora da Purificação, também conhecida por Nossa Senhora da Corredoura, por ficar próximo do sítio deste nome¹⁹. Esta estendia-se pelo lado norte ao longo da igreja do convento, sendo o acesso realizado por uma escadaria que lhe conferiu o nome popular, simples com dois compartimentos. Nela, os frades lecionaram estudos para seculares.

O número de capelas do convento também é substancial e revela a atracção que o dinamismo apostólico dos dominicanos exerce sobre os membros da família real e das elites lisboetas, como os Palhavã e os Mealha²⁰. Nesta igreja de São Domingos foi enterrado D. Afonso III, onde aguardou 10 anos para ser definitivamente trasladado para Alcobaça²¹.

¹⁸ Sobre este Hospital, veja-se: ALBERTO, Edite Martins; SILVA, Rodrigo Banha da; TEIXEIRA, André (dir.) – *O Hospital Real de Todos os Santos: Lisboa e a Saúde*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2021.

¹⁹ LOURINHO, Manuel H. – “A Ermida de Nossa Senhora da Escada nas suas relações com o Convento e Igreja de S. Domingos”. *Olisipo* 35/134 (Jan.-Jun. 1972), pp. 32-45.

²⁰ ROSA, Maria de Lurdes – *Pero Afonso Mealha. Os bens e a gestão da riqueza de um proprietário leigo do século XIV*. Redondo: Patrimonia, 1995; MARTINS, Miguel Gomes – “A família Palhavã (1253-1357): elementos para o estudo das elites dirigentes da Lisboa medieval”. *Revista Portuguesa de História* 32 (1997-1998), pp. 35-93; SILVEIRA, Ana Cláudia – “Entre Lisboa e Setúbal: os Palhavã”. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*, pp. 197-213.

²¹ Cf. VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006, p. 160.

Estes três conventos mendicantes constituíram assim uma estrutura conventual sólida, configurando um arco em torno do espaço urbano, formando um anel monástico que encontramos em outras cidades estremenhas, como a de Santarém²². Todos eles se implantaram junto às principais vias que serviam a cidade, em locais estratégicos do ponto de vista do acesso à urbe e com amplas possibilidades de exploração agrícola. Nenhum dos três conventos se instalou junto da muralha, como seria o procedimento mais comum, porque esta tinha sido há muito absorvida pela malha urbana da cidade e todo o espaço junto da cerca estava já ocupado, impossibilitando a sua implantação. Pela sua ação, tornam o Arrabalde Ocidental um importante núcleo da urbe medieval, com um grande desenvolvimento económico e social²³.

Este processo de inserção na malha urbana de Lisboa culminou com a assimilação das cercas conventuais pela muralha erguida em 1373 por D. Fernando, integrando todos os principais conventos da cidade²⁴.

Entretanto, os mosteiros, agora femininos, do termo, Santos e Chelas, nos finais do século XIII e XIV veem alterar a sua situação. No caso de Santos, em finais dos anos sessenta, a Ordem ordenou o convento feminino e limitou a 12 o número de freiras, autonomizando-o da comenda e dotando-o dos rendimentos necessários à sua subsistência. Data desse período a primeira referência segura a uma comendadeira de Santos (1274), vindo o convento a dotar-se de um selo próprio (1276) e a afirmar a sua individualidade através da recuperação da memória dos mártires de Lisboa e da organização do seu culto (1299). Além das doze freiras conventuais e da comendadeira que as dirigia, a Regra da Ordem obrigava o convento a educar as

²² VIANA, Mário – *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém 1147-1350)*. Lisboa: Caleidoscópio, 2007, pp. 129-131; FONTES, João Luís Inglês; ANDRADE, Maria Filomena; SANTOS, Maria Leonor Silva – “Frades, Monjas e Reclusas: os primórdios da presença mendicante em Santarém Medieval”. In COLESANTI, Gemma Teresa; GARÍ, Blanca; JORNET-BENITO, Núria (ed.) – *Clarisas y dominicas. Modelos de implantación, filiación, promoción y devoción en la Península Ibérica, Cerdeña, Nápoles y Sicilia*. Florença: Reti Medievali / Firenze University Press, 2017, pp. 383-405.

²³ SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval*, pp. 411-412.

²⁴ SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval*, p. 390.

filhas dos freires, a acolher as suas viúvas e a dar guarida às freiras seculares durante os períodos de abstinência conjugal²⁵.

No que respeita a Chelas, em 1234, um breve do papa Gregório IX confirma às sorores de Chelas a Regra de Santo Agostinho (bem como uma espécie de Constituições), colocando-as sob a vigilância do bispo de Lisboa²⁶. Mas, em 1259, uma doação de Domingas Rodrigues a Chelas referia a comunidade como sendo de freiras da Ordem de São Domingos²⁷ e a partir de 1280 e até 1293, são frades pregadores que testemunham os contratos realizados pelo mosteiro, o que parece indiciar o facto do mosteiro ter ficado sob a jurisdição dos pregadores, dos finais dos anos 50 aos finais dos 90 do século XIII²⁸.

Esta situação, no entanto, terá sido efémera pois, a partir de 1308, sendo priora Teresa Sanches de Vilalobos, o cenóbio já estava subordinado ao bispo de Lisboa, continuando a seguir a Regra de Santo Agostinho²⁹.

Ao lado destas experiências femininas, na envolvente de São Vicente de Fora, instalam-se as clarissas, sob o patrocínio de D. Inês Fernandes, dama asturiana que, por morte do marido, D. Vivaldo de Pandulfo, mercador genovês, quis aplicar todos os seus bens na construção de um convento de urbanistas³⁰. Compra, então, o terreno a Gonçalo Peres, o Dentado, no actual Campo de Santa Clara, e, no ano de

²⁵ Cf. OLIVEIRA, Luís Filipe – “Ordens Militares”. In Sousa, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento*, p. 484; OLIVEIRA, Luís Filipe – “O mosteiro de Santos, as freiras de Santiago e o culto dos Mártires”, pp. 429-436; MATA, Joel Silva Ferreira – *A comunidade feminina da Ordem de Santiago*.

²⁶ Conforme breve de Gregório IX, de 26 de Julho de 1234 (cópias em ANTT – *Mosteiro de Santa Maria de Chelas*, maço 77, doc. 1526, 1527 e 1528).

²⁷ ANTT – *Mosteiro de Santa Maria de Chelas*, maço 7, doc. 127.

²⁸ ANTT – *Mosteiro de Santa Maria de Chelas*, maço 10, doc. 189; maço 11, doc. 202.

²⁹ Num documento a propósito de uma apelação de Chelas por causa das exigências do bispo de Lisboa de pagarem “visitação e procuração”, tornam-se visíveis as obrigações para com o referido prelado (ANTT – *Mosteiro de Santa Maria de Chelas*, maço 3, doc. 411). Sobre este cenóbio, ver ainda ANDRADE, Maria Filomena – *O Mosteiro de Chelas. Uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e Gestão*. Cascais: Patrimonia, 1996.

³⁰ Para a história desta comunidade veja-se: ANTT, *OFM, Província de Portugal, Santa Clara de Lisboa*, livro 4; ESPERANÇA, Frei Manuel da – *História Seráfica*, vol. II, pp. 95-164; *História dos Mosteiros, Conventos e Casas religiosas de Lisboa*, tomo II. Lisboa: Imprensa Municipal de Lisboa, 1972, pp. 231-258; ANDRADE, Maria Filomena – *In Oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura. A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII-XIV)*. Lisboa: Tese de doutoramento apresentada à FCSH da UNL, 2011, pp. 92-93.

1292, doa-o para aí ser edificado o mosteiro. As primeiras freiras do mosteiro terão sido Maria Martins, Maria Domingues e Clara Eanes, também elas ligadas à iniciativa desta instituição. As quatro damas conseguiram, junto da Santa Sé, em Agosto de 1288, pela bula *Sicut Nos* do papa Nicolau IV, a licença para a sua fundação³¹.

No primeiro dia de Fevereiro de 1292 já existia um edifício, que a fundadora entrega à comunidade já com várias religiosas, entre elas a abadessa, D. Ximena e a Vigária, Urraca Abril, ficando a viver junto ao mosteiro, como aliás o faziam muitas senhores nobres e viúvas do seu tempo. A esta entrega estiveram presentes o Ministro Provincial de Santiago, Frei Martinho Eanes, o custódio, Frei Martim Martins de Pedroso e o guardião de Lisboa, Domingos Lourenço, entre outros, legitimando assim a fundação a instalação da primeira comunidade³². A Igreja é começada a 7 de Setembro de 1294, sendo bispo D. João Martins de Soalhães. Determinou-se então que o mosteiro poderia albergar até cem religiosas, vinte e quatro criadas e oito educandas, sendo as religiosas da Segunda Ordem e sujeitando-se à regra urbanista. Nesta comunidade, é notório o comprometimento das elites locais que, possivelmente influenciadas pelo dinamismo dos mendicantes, em Lisboa, terão cometido este empreendimento, numa cidade onde já existiam grandes conventos femininos que concitavam os interesses da nobreza e da burguesia local, como acabámos de explicitar.

A opção pela regra urbanista é agora natural, pois esta era a normativa adotada pelos conventos da segunda Ordem em Portugal, possibilitando a sua viabilização económica, pela posse de bens, entregando a jurisdição ao Cardeal Protector que depois nomeava visitantes – os Menores – e mantendo a estreita clausura.

A escolha do local para o mosteiro das Clarissas, no outro extremo da cidade, oposto ao dos seus congéneres masculinos, talvez se ligue também à presença, nesta zona, de diversas outras experiências de vida religiosa feminina. E não eram só as sorores de S. Vicente. Com efeito, desde pelo menos 1277, junto ao mosteiro de S. Vicente de

³¹ Conforme é referido em ANTT, *OFM, Província de Portugal, Santa Clara de Lisboa*, liv. 4, fl. 1.

³² ESPERANÇA, Fr. Manuel da – *História Seráfica*, vol. II, pp. 95-164, refere ainda: Frei Aires, doutor ou leitor de São Francisco de Lisboa, Frei João Galego, guardião de Leiria, Frei Afonso Rodrigues, tio do rei D. Dinis. E conclui dizendo “todos da nossa Família, a qual nesta fundação estava interessada”.

Fora, documenta-se a presença de emparedadas, que viviam em casas que davam também para o adro da igreja conventual³³. Este grupo de mulheres enclausuradas parece atravessar incólume toda a centúria de Trezentos. Estas mantinham-se claramente distintas das sorores, recusando o enquadramento monástico tradicional da comunidade feminina vicentina e conservando quase sempre a sua autonomia económica³⁴. Esta era ainda potencializada pela existência de servidores próprios, que certamente agiriam como seus procuradores na gestão dos seus interesses³⁵.

Os testemunhos de reclusão voluntária, protagonizada sobretudo, mas não exclusivamente, por mulheres³⁶, multiplicam-se pela zona alta da cidade e pelas imediações da zona muralhada. Assim, no interior da antiga cerca moura, encontramos documentados dois núcleos de emparedadas, um junto à igreja de S. Bartolomeu, entre 1268 e 1308, e outro no adro da igreja de Santa Cruz do Castelo,

³³ Cf. ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1^a incorporação*, maço 4, n^o 6. Outras referências em FONTES, João Luís Inglês – “Reclusão, eremitismo e espaço urbano”, pp. 264-265 e 270.

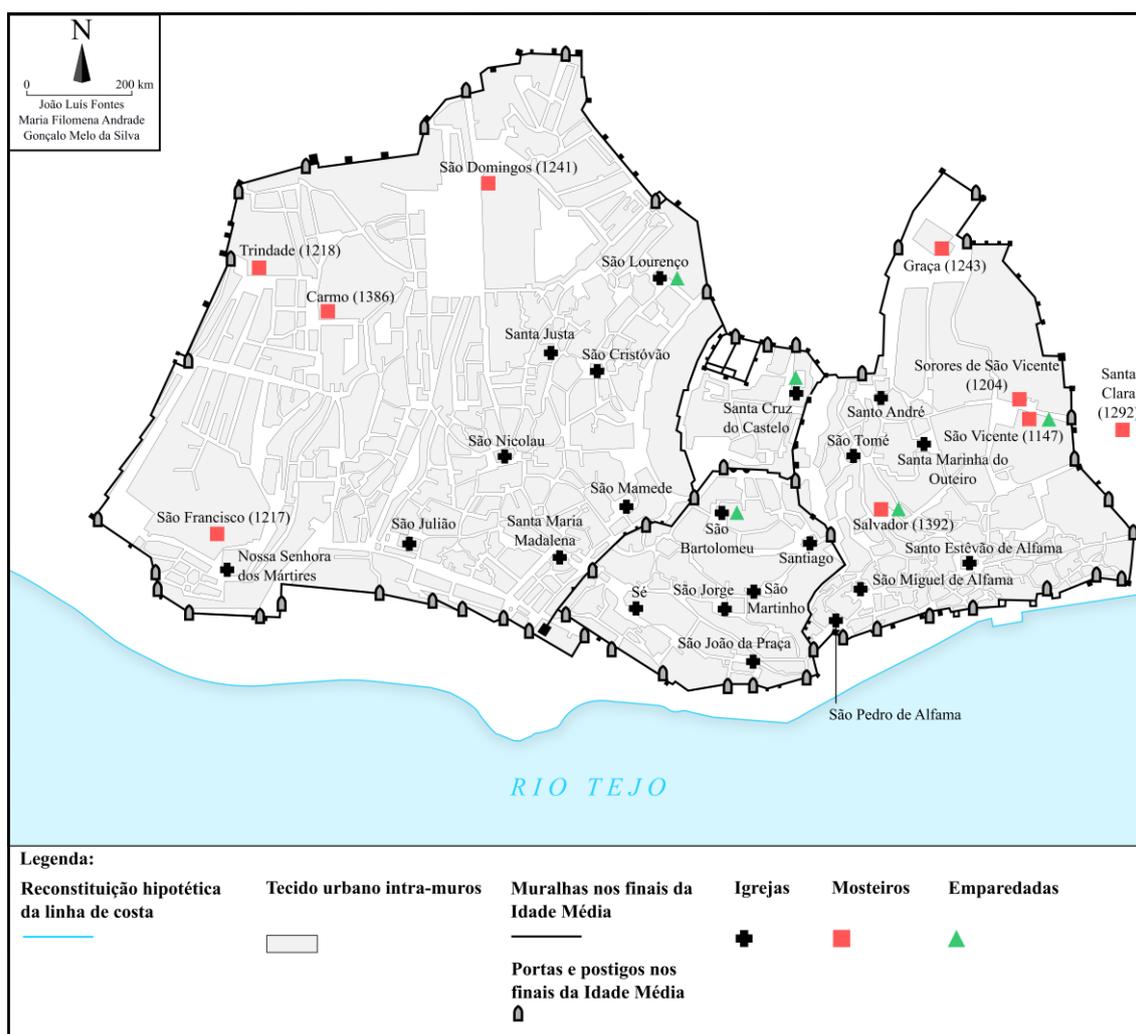
³⁴ Discordamos aqui da sua inclusão entre as sorores, dependentes do mosteiro, como propõe GOMES, Saul António – “Castas donas: Cónegas Regrantes de Santo Agostinho em Portugal no período medieval”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 10/1 (2010), pp. 37-71, parecendo-nos sobretudo uma leitura sobre a realidade medieval de textos posteriores, de cariz normalizador de uma realidade bastante mais complexa e diversificada.

³⁵ Encontramos referência, em 1296, a um Vicente, «criados das inparedeadas de sam vicente»: ANTT, *Mosteiro de Santa Maria de Chelas*, maço 46, n^o 906C; publicado por AZEVEDO, Pedro de – “Documentos portugueses do mosteiro de Chelas”. *Revista Lusitana* 9 (1905), p. 274; MARTINS, Ana Maria – *Documentos portugueses do Noroeste e da região de Lisboa. Da produção primitiva ao século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001, doc. 132, p. 375.

³⁶ Para a cronologia em estudo, encontramos referências à presença de dois reclusos, ambos recordados pelo mesmo nome próprio, o de Pedro, um junto a Santa Maria dos Mártires, em 1217 (ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1^a incorporação*, maço 2, n^o 5; publ. por SÁ NOGUEIRA, Bernardo de – *Portugaliae Tabellionum Intrumenta. Documentação notarial portuguesa*, tomo I. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005, doc. 1, pp. 197-198), e um outro, em data incerta, junto de S. Vicente de Fora, conforme recordado pelo obituário da canónica lisboeta (*Um obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora*, p. 171). A associação a dois lugares intimamente associados à memória dos cruzados mortos aquando da conquista cristã da cidade acentuava o cariz penitencial e martirial da própria reclusão voluntária. Só em finais do século XIV voltamos a encontrar notícia de dois reclusos, um junto ao convento de São Francisco – o famoso Frei João da Barroca, com quem o Mestre de Avis se vem aconselhar – e outro, de nome Vicente, junto ao convento de Santo Agostinho, recordado pelo cronista dos lóios como conselheiro de Mestre João Vicente, um dos fundadores da Congregação (cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória*, parte I. Ed. Anselmo Braamcamp Freire. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, cap. XXIII, p. 42; PORTALEGRE, Paulo de – *Novo Memorial do Estado Apostólico. Primeira Crónica dos Lóios*. Ed. Cristina Sobral. Lisboa: Roma Editora, 2007, parte I, cap. 5, pp. 79-80; para a sua contextualização, cf. FONTES, João Luís Inglês – “Reclusão, eremitismo e espaço urbano”, pp. 262-263).

entre 1308 e 1385. Em 1317, o grupo incluía pelo menos três mulheres, que habitavam junto ao adro da igreja, em celas individuais contíguas³⁷.

No lado oriental da cidade, o obituário de S. Vicente de Fora recorda a presença, junto a Santa Maria de Alcamim, da emparedada Elvira Eanes e, a par da paroquial de S. Lourenço, um outro grupo de emparedadas surge documentado entre 1316 e 1347. A estas importa ainda acrescentar, na parte oriental, as reclusas que, entre 1319 e 1338, se congregam em torno da paroquial do Salvador³⁸ (ver **mapa 1**).



Mapa 1 – As formas de vida religiosa na Lisboa medieval (séc. XIV)³⁹.

³⁷ Cf. FONTES, João Luís Inglês – “Reclusão, eremitismo e espaço urbano”, pp. 263-264.

³⁸ Cf. FONTES, João Luís Inglês – “Reclusão, eremitismo e espaço urbano”, p. 264.

³⁹ Elaborado por Gonçalo Melo e Silva sobre mapa anteriormente disponibilizado pelo Arquivo Municipal de Lisboa. Por comodidade, está já assinalada a muralha fernandina, ainda ausente aquando da fundação da maioria das casas religiosas da cidade ou do aparecimento de muitos dos casos de reclusão voluntária documentados até ao final de Trezentos.

Relativamente ao Convento de Santo Agostinho, mais tarde dito de Nossa Senhora da Graça, as suas origens permanecem ainda por esclarecer. Os próprios autores que se debruçaram sobre a história da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal divergem quanto à data de instalação dos primeiros eremitas junto a S. Gens, oscilando entre 1192 e 1234, sem aduzirem elementos que suportem as datas propostas⁴⁰. A documentação do cenóbio que sobreviveu até aos nossos dias, mais tardia, obriga-nos, até à descoberta de novos dados, e mesmo aceitando a tradição da origem eremítica do cenóbio, a reconhecer o nosso completo desconhecimento sobre a proveniência destes anacoretas e o seu percurso até à filiação na nova Ordem, definitivamente aprovada por Alexandre IV em 1256.

Em 1271, os religiosos Agostinhos mudaram-se para o local chamado Almofala, no interior da cidade, no limite do arrabalde oriental, a norte de São Vicente, iniciando-se a construção do novo convento (para 40 a 50 frades), em Fevereiro desse ano, obras que terão sido financiadas por muitas pessoas devotas⁴¹. A posição urbana escolhida pelos Agostinhos insere-se também dentro do normal esquema de implantação das instituições monásticas urbanas: um local na periferia da cidade, junto a uma via relevante, num sítio alto. Na verdade, os Agostinhos não tinham muitas opções, pois os outros pontos estratégicos da periferia urbana já haviam sido anteriormente tomados por outras instituições monásticas, encontrando-se a cidade, no final do reinado de Afonso III, momento em que os Agostinhos se implantam na Graça, já praticamente cercada pelas principais instituições conventuais da época⁴².

Um século mais tarde, ainda no arrabalde ocidental da cidade, face ao castelo, desde 1386, D. Nuno Álvares Pereira, num local que se debruça sobre o rossio da cidade e

⁴⁰ Cf. COSTA, Avelino de Jesus da – “Agostinho, Ordem de Santo”. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, s.e., tomo I. Porto: Figueirinhas, 1985, p. 59; ALONSO, Carlos – “Agostinhos”. In AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, tomo I. Lisboa: CEHR da UCP – Círculo de Leitores, 2000, pp. 27-32; ALONSO, Carlos – *Os Agostinhos em Portugal*. Madrid: Ediciones Religión y Cultura, 2003, pp. 19-24.

⁴¹ Cf. *História dos Mosteiros, Conventos e Casas religiosas de Lisboa*, Tomo I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950, p. 112. Sobre a evolução deste convento, ver RIBEIRO, Mário de Sampayo – *A Igreja e o Convento de Nossa Senhora da Graça, de Lisboa*. Lisboa: Amigos de Lisboa, 1939.

⁴² SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa Medieval*, p. 473.

se inscreve no arco monacal, anteriormente referido, em terrenos próximos do convento dos trinitários e que, na altura da fundação, eram em parte do Almirante Pessanha, inicia os esforços para construir um convento. O primeiro documento oficial sobre a sua fundação data de 8 de Dezembro de 1386 e diz respeito a uma bula de Urbano VI onde se refere o desejo de D. Nuno Álvares Pereira de edificar um convento em Lisboa dedicado a Nossa Senhora do Vencimento. Nove anos depois, numa outra bula, esta de Bonifácio IX de 9 de Setembro de 1395, o Papa dava a confirmação apostólica ao convento já fundado por Nuno Álvares Pereira. A construção terá sido iniciada em 1389, dando-se por concluída em 1422, apesar dos enormes problemas de construção que desde logo revelou o terreno onde se implantou. Ainda no decorrer das obras, em 1397, chegaram a Lisboa os padres carmelitas de Moura, a quem o Condestável confiou o novo convento. Em 1404, D. Nuno doou os seus próprios bens ao convento e, em 1423, ele mesmo ingressou no convento como religioso, período em que as suas obras estariam concluídas, entregando-o à Ordem Carmelita lusitana, por ocasião da celebração do primeiro Capítulo Provincial dos Carmelitas em Portugal. Nuno Álvares Pereira terá esperado a constituição da Província Lusitana, autónoma de Espanha, para entregar oficialmente a igreja e o convento à Ordem Carmelita. A partir desta data, este convento foi cabeça da Província do Carmo⁴³.

Foi sempre um convento protegido, sobretudo pelo fundador, que o dotou de largo património, mas também por diversos monarcas, como D. Duarte e D. Afonso V.

No final do século XIV, os dominicanos sofrem uma importante mudança que tem a ver com a entrada da observância. É assim que nasce na urbe o mosteiro do Salvador, casa de dominicanas, o primeiro observante, promovido e fundado, em 1392, por D. João de Azambuja, então bispo do Porto e protegido do monarca D. João I, após ter recebido licença apostólica por bula de Bonifácio IX de 13 de Março de 1391 para

⁴³ Cf. PEREIRA, Paulo - "O Convento e Igreja de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo". In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela (coord.) - *Construindo a Memória. As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 20-39; MONTEIRO, João Gouveia - *Nuno Álvares Pereira, Guerreiro, Senhor Feudal, Santo: os três rostos do Condestável*. Lisboa: Manuscrito, 2017, pp. 199-205. Sobre a sua integração na história da presença da Ordem em Portugal, ver VELASCO BAYÓN, Balbino - *História da Ordem do Carmo em Portugal*. Camarate: Paulinas, 2001.

transformar a igreja do Salvador em mosteiro de religiosas dominicanas, e a doação, de D. João I, do padroado da mesma igreja a 1 de Julho seguinte⁴⁴. A 29 de Novembro de 1396, a comunidade recebeu Constituições da mão de D. João de Azambuja, nas quais era prescrita a clausura e a sujeição aos dominicanos, conforme os Estatutos da Ordem e o modo de vida do convento de São Sisto de Roma⁴⁵. Esta disposição, cerca de 1461, veio a dar origem a um longo diferendo entre a comunidade e o arcebispo de Lisboa, D. Afonso Nogueira, a propósito da dependência relativamente aos Observantes ou ao Provincial dos Frades Pregadores. O Salvador de Lisboa acabaria por vir a ser o primeiro convento feminino da Observância em Portugal⁴⁶.

Em 1415, aquando da morte de D. João de Azambuja, que foi sepultado no convento, não estavam ainda concluídas as obras de construção do edifício. No entanto, sendo uma casa de especial devoção da família real, por intervenção da rainha D. Leonor, mulher de D. Duarte, as obras vieram a terminar em 1438.

A par do bispo do Porto, participou na fundação do convento Frei Vicente de Lisboa, que alguns anos depois fundou o convento observante de São Domingos de Benfica, em 1399 e de acordo com os princípios da reforma, e sede da Observância portuguesa. Foi construído em Benfica, fora da cidade, no seu termo, numa quinta doada por D. João I à Ordem a pedido de Fr. Vicente de Lisboa (segundo António do Rosário, reformador e vigário da Observância⁴⁷) e do Doutor João das Regras, que aí

⁴⁴ Sobre o processo de fundação, ver por todos COSTA, António Domingues de Sousa – “D. João Afonso de Azambuja, cortesão, bispo, arcebispo, cardeal e fundador do convento das dominicanas do Salvador de Lisboa”. In *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português IV/2, 1989, pp. 1-150. Sobre o mosteiro, ver ainda FERNANDES, Paulo Almeida – “A encomenda artística episcopal. Três casos para uma introdução ao tema”. In FONTES, João Luís Inglês (dir.) – *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 739-742. Sobre o fundador, cf. GRAF, Carlos Eduardo de Verdier – *D. João Esteves de Azambuja: exemplo da interligação de poderes (séculos XIV e XV)*. Porto: Tese de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011; FONTES, João Luís Inglês – “João Afonso Esteves de Azambuja (1402-1415)”. In FONTES, João Luís Inglês (dir.) – *Bispos e Arcebispos de Lisboa*, pp. 471-484.

⁴⁵ Publicadas por COSTA, António Domingues de Sousa – “D. João Afonso de Azambuja”, pp. 128-135.

⁴⁶ COSTA, António Domingues de Sousa – “D. João Afonso de Azambuja”.

⁴⁷ ROSÁRIO, Frei António do – “Letrados dominicanos em Portugal nos séculos XIII-XV”. *Repertório de historia de las ciencias eclesiásticas en España* 7 (1979), p. 597; BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – FCT, 2000, n^o 734, pp. 2071-2075, e bibliografia aí aduzida.

se fez sepultar⁴⁸. Agraciado desde os primeiros tempos por D. João I, o convento foi-se mantendo sob proteção da realeza⁴⁹.

Vemos assim a instalação dos conventos e mosteiros de acordo com lógicas de implantação e com interesses próprios, mas também de acordo com os fundadores e apoiantes, muitas vezes o próprio monarca, que assim dirige o processo e urbanização de Lisboa.

Cidade, cabeça do Reino, nela se instalam, de forma estratégica, as diversas Ordens religiosas, preocupadas com a evangelização da cidade e das suas gentes, nela dirimem os seus interesses e os seus objectivos que se cruzam com os da população e sociedade urbana, especialmente os das suas elites⁵⁰.

Referências bibliográficas

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Mosteiro de Santa Maria de Chelas

- maço 3, doc. 411;
- maço 7, doc. 127;
- maço 10, doc. 189;
- maço 11, doc. 202 e 218;
- maço 46, n^o 906C;
- maço 77, doc. 1526, 1527 e 1528.

⁴⁸ Cf. COSTA, António Domingues de Sousa – “O célebre conselheiro e chanceler régio Doutor João das Regras, clérigo conjugado e prior da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães”. *Itinerarium* 18 (1972), pp. 232-259. A sua epígrafe foi editada por Mário Barroca, que traça igualmente a sua biografia, necessariamente marcada pelo apoio que desde cedo prestou ao Mestre de Avis e futuro D. João I. Cf. BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa*, n^o 738, pp. 2087-2101.

⁴⁹ VALE, Teresa Leonor Magalhães do – *O Convento de São Domingos de Benfica, Dom João de Castro e o Instituto Militar Pupilos do Exército*. Lisboa: Instituto Militar Pupilos do Exército, 1996.

⁵⁰ Texto inicialmente apresentado ao *V Colóquio Internacional “A Nova Lisboa Medieval”: Caminhos do Ocidente e do Oriente (1147-1217)*, org. pelo Instituto de Estudos Medievais e coord. por Catarina Tente, João Luís Inglês Fontes, Luís Filipe Oliveira, Mário Farelo e Miguel Gomes Martins (Lisboa, 23-25 de Outubro de 2017).

Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1^a incorporação

- maço 2, n^o 5.

- maço 4, n^o 6;

OFM, Província de Portugal, Santa Clara de Lisboa

- livro 4.

Fontes impressas

AZEVEDO, Pedro de – “Documentos portugueses do mosteiro de Chelas”. *Revista Lusitana* 9 (1905), pp. 259-276.

BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 3 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – FCT, 2000.

CÁCEGAS, Frei Luís de; SOUSA, Frei Luís de – *História de S. Domingos particular do reino e conquistas de Portugal*. Vols. I-II. Porto: Lello & Irmão Editores, 1977.

A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado. Ed. Aires A. Nascimento. Lisboa: Vega, 2001.

Documentos de D. Sancho I (1174-1211). Vol. I. Ed. Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979.

ESPERANÇA, Frei Manuel da – *História Seráfica, dos Frades Menores na Província de Portugal*, 2 vols. Lisboa: Oficina Craesbeeckiana, 1656-1666.

Indiculum Foundationis Monasterii Beati Vicentii Vlisbone. In *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*. Ed. Aires A. Nascimento. Lisboa: Vega, 2001, pp. 177-201

História dos Mosteiros, Conventos e Casas religiosas de Lisboa, 2 vols. Lisboa: Imprensa Municipal de Lisboa, 1950-1972.

Inventário de Compras do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora (Cartulário do século XIII). Ed. Maria Teresa Barbosa Acabado. Coimbra: s.n., 1969.

LOPES, Fernão – *Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória*, parte I. Ed. Anselmo Braamcamp Freire. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977.

MARTINS, Ana Maria – *Documentos portugueses do Noroeste e da região de Lisboa. Da produção primitiva ao século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.

NASCIMENTO, Aires Augusto; GOMES, Saul António – *S. Vicente de Lisboa e seus milagres medievais*. Lisboa: Edições Didaskalia, 1988.

Um obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora: a comemoração dos que passaram deste mundo. Ed. Maria José Azevedo Santos. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2008.

PORTALEGRE, Paulo de – *Novo Memorial do Estado Apostólico. Primeira Crónica dos Lóios.* Ed. Cristina Sobral. Lisboa: Roma Editora, 2007.

SÁ NOGUEIRA, Bernardo de – *Portugaliae Tabellionum Intrumenta. Documentação notarial portuguesa*, tomo I. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005.

Estudos

ALBERTO, Edite Martins; SILVA, Rodrigo Banha da; TEIXEIRA, André (dir.) – *O Hospital Real de Todos os Santos: Lisboa e a Saúde.* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2021.

ALONSO, Carlos – “Agostinhos”. In AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, tomo I. Lisboa: CEHR da UCP – Círculo de Leitores, 2000, pp. 27-32.

ALONSO, Carlos – *Os Agostinhos em Portugal.* Madrid: Ediciones Religión y Cultura, 2003.

ANDRADE, Maria Filomena – *O Mosteiro de Chelas. Uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e Gestão.* Cascais: Patrimonia, 1996.

ANDRADE, Maria Filomena – *In Oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura. A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII-XIV).* Lisboa: Tese de doutoramento apresentada à FCSH da UNL, 2011.

BACKMUND, Norbert – “Les origines de l’ Ordre de Prémontré au Portugal”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto* 22 (1959), pp. 416-441.

BRANCO, Maria João – “Reis, Bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração”. *Lusitana Sacra*, 2^a série, 10 (1988), pp. 55-94.

BRANCO, Maria João – “I. Introdução. A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida”. In *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado.* Ed. Aires A. Nascimento. Lisboa: Vega, 2001, pp. 9-51.

BRANQUINHO, Isabel – “Estratégias de composição do património do Mosteiro de S. Vicente de Fora. Priorado de D. Paio Gonçalves (1172-1205)”. In *A Nova Lisboa Medieval – Actas do I Encontro.* Lisboa: Edições Colibri, 2005, pp. 75-88.

BRANQUINHO, Maria Isabel – “As Sorores de São Vicente de Fora: uma primeira abordagem”. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade.* Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 239-258.

CALADO, Margarida – *O Convento de S. Francisco da Cidade*. Coleção Biblioteca d'Artes. Lisboa: Faculdade de Belas Artes – Universidade de Lisboa, 2000.

COSTA, António Domingues de Sousa – “O célebre conselheiro e chanceler régio Doutor João das Regras, clérigo conjugado e prior da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães”. *Itinerarium* 18 (1972), pp. 232-259.

COSTA, António Domingues de Sousa – “D. João Afonso de Azambuja, cortesão, bispo, arcebispo, cardeal e fundador do convento das dominicanas do Salvador de Lisboa”. In *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português IV/2, 1989, pp. 1-150.

COSTA, Avelino de Jesus da – “Agostinho, Ordem de Santo”. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, s.e., tomo I. Porto: Figueirinhas, 1985, pp. 59-60.

FARELO, Mário – “O direito de padroado na Lisboa medieval”. *Promontoria* 4 (2006), pp. 267-289.

FERNANDES, Paulo Almeida – “O Mosteiro Baixo-Medieval de Chelas. Interrogações a respeito de uma observância mendicante”. In GOMES, Ana Cristina da Costa; MOURÃO, José Augusto; FRANCO, José Eduardo; SERRÃO, Vítor (coord.) – *Monjas Dominicanas. Presença, Arte e Património em Lisboa*. Lisboa: Aleteia, 2008, pp. 19-35.

FERNANDES, Paulo Almeida – “A encomenda artística episcopal. Três casos para uma introdução ao tema”. In FONTES, João Luís Inglês (dir.) – *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 735-744.

FONTES, João Luís Inglês – “Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média”. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 259-277.

FONTES, João Luís Inglês – “Ordem dos Cónegos Regulares Premonstratenses”. In SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento- Guia Histórico*. 3^a edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2016, pp. 225-231.

FONTES, João Luís Inglês – “João Afonso Esteves de Azambuja (1402-1415)”. In FONTES, João Luís Inglês (dir.) – *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 471-484.

FONTES, João Luís Inglês; ANDRADE, Maria Filomena; SANTOS, Maria Leonor Silva – “Frades, Monjas e Reclusas: os primórdios da presença mendicante em Santarém Medieval”. In COLESANTI, Gemma Teresa; GARÍ, Blanca; JORNET-BENITO, Núria (ed.) – *Clarisas y dominicas. Modelos de implantación, filiación, promoción y devoción en la Península Ibérica, Cerdeña, Nápoles y Sicilia*. Florença: Reti Medievali / Firenze University Press, 2017, pp. 383-405.

GOMES, Saul António – “A chancelaria do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa nos séculos XII e XIII: subsídios para o seu estudo». In *Svmmvs Philologvs necnon verbovm imperator. Colectânea de estudos em homenagem ao Académico de Mérito*

Professor Dr. José Pedro Machado no seu 90^o aniversário. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2004, pp. 163-213.

GOMES, Saul António – “Castas donas: Cónegas Regrantes de Santo Agostinho em Portugal no período medieval”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 10/1 (2010), pp. 37-71.

GRAF, Carlos Eduardo de Verdier – *D. João Esteves de Azambuja: exemplo da interligação de poderes (séculos XIV e XV)*. Porto: Tese de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.

LAMELAS, Isidro – “Os Franciscanos em Lisboa”. In CUNHA, João Alves da (coord.) – *O Seminário da Luz: os 50 anos da sua Igreja*. Lisboa: Editorial franciscana, 2018, pp. 21-40.

LOURINHO, Manuel H. – “A Ermida de Nossa Senhora da Escada nas suas relações com o Convento e Igreja de S. Domingos”. *Olisipo* 35/134 (Jan.-Jun. 1972), pp. 32-45.

LOURINHO, Manuel H. – “História da Igreja e Convento de S. Domingos de Lisboa”. *Olisipo* 37-38 / 137-138 (1974-1975), pp. 48-59.

MARTINS, Armando Alberto – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

MARTINS, Miguel Gomes – “A família Palhavã (1253-1357): elementos para o estudo das elites dirigentes da Lisboa medieval”. *Revista Portuguesa de História* 32 (1997-1998), pp. 35-93.

MATA, Joel Silva Ferreira – *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: a comenda de Santos na Idade Média*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2016.

MATTOSO, José – “O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas”. In *Obras Completas*. Vol. 8. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, pp. 243-254.

MONTEIRO, João Gouveia – *Nuno Álvares Pereira, Guerreiro, Senhor Feudal, Santo: os três rostos do Condestável*. Lisboa: Manuscrito, 2017.

OLIVEIRA, Luís Filipe – “O mosteiro de Santos, as freiras de Santiago e o culto dos Mártires”. In BARATA, Maria do Rosário Themudo; KRUS, Luís (dir.) – *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, pp. 429-436.

OLIVEIRA, Luís Filipe – “Ordens Militares”. In SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento- Guia Histórico*. 3^a edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2016, pp. 453-502.

PEREIRA, Armando de Sousa – “Guerra e santidade: o cavaleiro-mártir Henrique de Bona e a conquista cristã de Lisboa”. In *A Nova Lisboa Medieval – Actas do I Encontro*, Lisboa: Colibri, 2005, pp. 51-73.

PEREIRA, Maria Teresa Lopes - *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2000.

PEREIRA, Paulo - "O Convento e Igreja de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo". In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela (coord.) - *Construindo a Memória. As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 20-39.

RIBEIRO, Mário de Sampayo - *A Igreja e o Convento de Nossa Senhora da Graça, de Lisboa*. Lisboa: Amigos de Lisboa, 1939.

ROSA, Maria de Lurdes - *Pero Afonso Mealha. Os bens e a gestão da riqueza de um proprietário leigo do século XIV*. Redondo: Patrimonia, 1995.

ROSÁRIO, Frei António do - "Letrados dominicanos em Portugal nos séculos XIII-XV". *Repertório de historia de las ciencias eclesiásticas en España* 7 (1979), pp. 509-598.

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva - "Os primórdios da presença dominicana em Portugal. 1220-1418". In GOUVEIA, António Camões; NUNES, José; FONTES, Paulo F. de Oliveira - *Os Dominicanos em Portugal (1216-2016)*. Lisboa: UCP-CEHR, 2018, pp. 9-26.

SILVA, Carlos Guardado da - *O mosteiro de S. Vicente de Fora. A comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIII)*. Lisboa: Colibri, 2002.

SILVA, Manuel Fialho - *Mutação urbana na Lisboa medieval. Das taifas a D. Dinis*. Lisboa: tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 2016.

SILVEIRA, Ana Cláudia - "Entre Lisboa e Setúbal: os Palhavã". In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) - *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 197-213.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) - *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento- Guia Histórico*. 3^a edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2016.

VALE, Teresa Leonor Magalhães do - *O Convento de São Domingos de Benfica, Dom João de Castro e o Instituto Militar Pupilos do Exército*. Lisboa: Instituto Militar Pupilos do Exército, 1996.

VARGAS, José Manuel - "O património das Ordens Militares em Lisboa, Sintra e Torres Vedras, segundo uma inquirição do reinado de D. Afonso II". In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) - *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura - Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*, vol II. Lisboa: Edições Colibri - Câmara Municipal de Palmela, 1999, pp. 105-129.

VELASCO BAYÓN, Balbino - *História da Ordem do Carmo em Portugal*. Camarate: Paulinas, 2001.

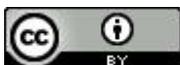
VENTURA, Leontina - *D. Afonso III*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.

VIANA, Mário – *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém 1147-1350)*. Lisboa: Caleidoscópio, 2007.

VILAR, Hermínia Vasconcelos – *D. Afonso II. Um rei sem tempo*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

ANDRADE, Maria Filomena; FONTES, João Luís – “Povoar e enquadrar. Um percurso pela geografia das formas de vida religiosa da Lisboa medieval (séculos XII-XIV)”. *Medievalista* 32 (Julho – Dezembro 2022), pp. 257-280. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.